

**A ESCRITA COMO PROCESSO INTERATIVO:  
usos e possibilidades na prática do revisor de textos**

**LA ESCRITURA COMO PROCESO INTERACTIVO:  
usos y posibilidades en la práctica del revisor de textos**

Patrícia Wanderley Nunes<sup>1</sup>

**RESUMO**

Com o surgimento da Linguística Contemporânea, a escrita passa a ser vista como um fenômeno interativo, em uso. A produção textual assume novos direcionamentos ao considerar a participação ativa dos sujeitos no processo de produção, recepção e interpretação dos enunciados. Nesse sentido, o presente ensaio tem o objetivo de discutir a importância da revisão textual para além das regras ortográficas e gramaticais e da escrita como prática discursiva, articulada por aspectos fundamentais ao uso da língua. A pesquisa, de caráter bibliográfico, apoiou-se em teóricos da sociolinguística que se dedicam a investigar o texto a partir do contexto sócio-histórico: Antunes (2003), Marcuschi (2012), Koch (2015), Fávero; Koch (2012), Bakhtin (1995), Bentes (2006). Como também, escritores de manuais para revisores: Pinto (1993), Coelho Neto (2013), Malta (2000), dentre outros que se debruçam sobre o assunto. Em conformidade com as proposições teóricas, evidenciou-se que a relevância da profissão do revisor de textos consiste na compreensão da atividade como prática discursiva e de língua como ato dinâmico e dialógico. Assim, a revisão textual precisa contemplar o texto em sua totalidade, observando tanto a materialidade linguística como a discursiva.

**Palavras-chave:** Revisão textual; Linguística textual; Escrita interativa; Norma padrão.

**RESUMEN**

Con el surgimiento de la Lingüística Contemporánea, la escritura es vista como un fenómeno interactivo, en uso. La producción textual asume nuevos rumbos al considerar la participación activa de los sujetos en el proceso de producción, recepción e interpretación de los enunciados. En ese sentido, este ensayo tiene como objetivo discutir la importancia de la revisión textual más allá de las reglas ortográficas y gramaticales y la escritura como práctica discursiva, articulada por aspectos fundamentales del uso del lenguaje. La investigación bibliográfica se basó en teóricos de la sociolingüística que se dedican a investigar el texto desde el contexto socio-histórico: Antunes (2003), Marcuschi (2012), Koch (2015), Fávero; Koch (2012), Bakhtin (1995), Bentes (2006). Así como, escritores de manuales para correctores: Pinto (1993), Coelho Neto (2013), Malta (2000), entre otros que se enfocan en el tema. De acuerdo con las proposiciones teóricas, se evidenció que la relevancia del oficio de corrector de textos consiste en comprender la actividad como práctica discursiva y el lenguaje como acto dinámico y dialógico. Así, la revisión textual necesita contemplar el texto como un todo, observando tanto la materialidad lingüística como la discursiva.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: patriciawander098@gmail.com

**Palabras clave:** Revisión de texto; Lingüística textual; Escritura interactiva; Norma estándar.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Linguística Textual, compreendeu-se que a língua se constitui como um sistema heterogêneo, não devendo ser concebida como estrutura estanque e acabada. Existem muitas pesquisas sobre o assunto e essa visão vem sendo disseminada, há décadas, entre profissionais e estudiosos: revisores, jornalistas, autores, professores e estudantes, principalmente, universitários, dentre outros.

Entretanto, na prática, há uma supervalorização da regularidade normativa do sistema linguístico, devido ao processo histórico e ao modelo de implantação da Língua Portuguesa no Brasil. Atualmente, no mercado editorial, existem muitas gramáticas normativas, dicionários, livros para instruir a escrita correta. Com isso, há uma grande preocupação, por parte das pessoas, para aprender todas essas regras da norma culta. Além disso, há também a falta de padronização da profissão, isto é, a especialização em revisão é dispensada em alguns casos. Esses são fatores que afetam o revisor, de modo negativo, já que a função de revisar fica restrita à prática de corrigir os erros de escrita que ferem a norma padrão.

Mediante o exposto, consideramos uma visão equivocada e insustentável, pois, como sabemos, a língua se materializa nas reais situações de produções. Visto que o homem é um ser, essencialmente, dialógico e traz em seu discurso o individual e o coletivo ao mesmo tempo. Desenvolve-se por meio da linguagem e da interação efetivada pela troca de informações entre os interlocutores, sendo as modalidades falada e escrita imprescindíveis para a construção dos sujeitos e para as ações que se estabelecem nos mais diversos contextos sociais.

Nesse sentido, compreendemos que:

A verdadeira substância da língua não é substituída por sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (Bakhtin/Voloshinov, 1995, p. 123)

Partindo do pensamento de língua como processo interativo, buscaremos desmistificar o equívoco pautado na função do revisor, como prática isolada, restrita à análise do texto por uma perspectiva tradicional. Assim, objetiva-se, neste ensaio, discutir a importância da revisão textual para além das regras ortográficas e gramaticais e da escrita como prática discursiva, articulada por aspectos fundamentais ao uso da língua.

A princípio, apresentaremos o percurso tomado pela Linguística Textual na definição de texto para, posteriormente, adentrarmos ao campo da revisão textual a fim de inter-relacionar as teorias. Não tivemos a pretensão de elencar as fases, sobre a Linguística Textual, de forma aprofundada, mas, a partir dos pressupostos teóricos, situarmos o leitor sobre os direcionamentos do texto como processo interativo.

No segundo momento, trataremos sobre a prática do revisor para além das regras gramaticais. Nesse percurso, abordaremos perspectivas distintas a respeito do assunto. Visões que defendem uma prática purista e que tem seus preceitos arraigados na concepção estruturalista da língua. Dentre outras, que partem da análise do texto avaliando não só a estrutura linguística, mas os elementos extralinguísticos que configuram o texto e o sentido como um todo, com vista a estabelecer a comunicação, entre interlocutores, de modo claro e compreensível.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O texto sob a ótica da Linguística Textual**

A Linguística Textual, subárea da Linguística Moderna, surgiu na Europa/Alemanha, na década de 1960. Essa ciência desenvolveu-se quando perspectivas teórico-metodológicas, que contemplavam o estudo da frase: fonologia, morfologia e sintaxe, eram insuficientes para explicar os fenômenos do texto a partir da ótica sociointerativa. Por meio de um processo evolutivo e contínuo, a Linguística Textual afasta-se, aos poucos, da visão tradicional e monolítica da língua, sendo possível elencar três momentos teóricos importantes: análise transfrástica, gramática do texto e teoria do texto. Ressaltando que não há uma sucessão cronológica entre as fases, mas tipológica de ordem teoricamente distinta.

Conforme Marcuschi (2012), esse percurso, observando sua evolução, num primeiro momento, a análise transfrástica atém-se para relações além da frase, isto é, para os domínios interfrasais e transfrasais. Num segundo momento, com o surgimento da gramática textual, a análise restrita à frase dá espaço ao falante com capacidades linguísticas para produção e distinção de textos coerentes. Por último, num terceiro momento, surge a teoria do texto que ultrapassa a matéria textual e seu falante, preocupando-se com o contexto social e interativo para produção, recepção e interpretação dos enunciados.

Fávero e Koch (2012), no texto *Linguística Textual: introdução*, reconhecem a importância do terceiro momento para o tratamento dos textos, em seu contexto pragmático, o

qual parte do texto ao contexto valorando o entorno textual, os elementos extralinguísticos. O texto ultrapassa o *status* da forma para ser visto como um processo diacrônico e não mais como produto.

Com os avanços, compreendeu-se que a comunicação verbal seria inviável se limitasse a língua a uma percepção descontextualizada, como está disposta na análise transfrástica e na gramática de texto. Somente com teoria do texto o falante integra-se como sujeito social que não se comunica através de frases, mas de textos e esse fenômeno supera qualquer visão de produção isolada, fora de contexto.

Como bem observa Bentes:

Neste momento, considera-se o texto no seu contexto pragmático, isto é, o âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos. (Bentes, 2006, p. 251).

Para relevância da terceira fase da Linguística Textual, enfatizamos, com as palavras de Koch (2015), a importância do contexto na construção do texto e do seu funcionamento na atualidade.

O contexto, da forma como é hoje entendido no interior da Linguística Textual abrange, portanto, não só o contexto, como a situação de interação imediata, a situação mediada (entorno sociopolítico-cultural) e também com o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais. Ele engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal. (Koch, 2015, p. 27).

A estrutura textual aliada, somente, à incorporação dos falantes incapacita o entendimento do texto, em sua totalidade, por ser um ato social, obviamente. Por esse motivo, os linguistas entenderam que a interação verbal, oral ou escrita, não produz sentido, fora do contexto sociocomunicativo. Como afirma Koch (2015, p. 26), “os interlocutores se movem no interior de um tabuleiro social”, sendo a interação, entre os sujeitos, uma ação regida por normas de conduta, convenções e imposição de condições, estabelecendo deveres e limites da liberdade. Sendo assim, será esse tabuleiro ou espaço social que guiará nosso comportamento e nossa construção textual.

Nesse sentido, a Linguística Textual, ancorada ao contexto, apresenta um novo conceito de texto, principalmente, de análise textual contribuindo para ressignificá-lo como um processo inacabado, multifacetado e em constante transformação. Trata-se de perceber o texto, como um fenômeno, no qual existe um emaranhado de conceitos, de visões de mundo, conduzido pelas

mais variadas construções, carregado de identidades e de elementos referenciais. É uma produção cultural que resulta das múltiplas interações.

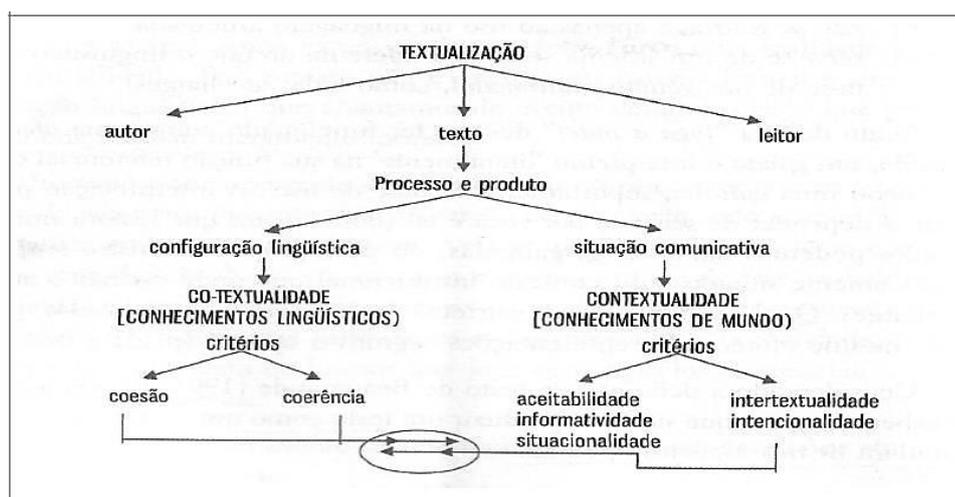
Nas palavras de Marcuschi (2008, p. 72), “O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico.” Segundo Beaugrande<sup>2</sup> (*apud* Marcuschi, 2008) “O texto é um evento comunicativo que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.”

Diante das definições de texto analisadas, anteriormente, fica claro que ambas as definições não excluem um ou outro elemento do processamento textual, mas considera todo entorno linguístico e extralinguístico para produção discursiva, tanto os aspectos formais quanto os contextuais.

Nas bases da Linguística Textual, o texto se realiza tanto no nível do sistema como no nível do uso, essa cooperação intrínseca adentra às complexas relações dos princípios de textualização que não se restringe à estrutura verbal. Porém, atravessa todo conhecimento sociolinguístico do falante articulando-se a partir dos aspectos linguísticos, sociais e cognitivos.

Segundo Marcuschi (2008, p. 93), um texto, para ser considerado um evento comunicativo, “deve obedecer a um conjunto de critérios de textualização (esquematização e figuração).” Apresentaremos a seguir o quadro do esquema que, conforme o autor, objetiva demonstrar como são distribuídos os critérios gerais da textualidade.

**Figura 1 – Critérios gerais da textualidade em Marcuschi (2008)**



Fonte: Marcuschi, 2008, p. 96.

<sup>2</sup> BEAUGRANDE, R. de (1997). *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood: Ablex.

O primeiro critério observado é a interação autor-texto-leitor que o autor compreende como os três pilares da textualidade, isto é, com base na concepção dialógica, o processamento textual e o sentido se constituem diante da participação ativa do escritor/leitor e/ou do falante/ouvinte. Em seguida, temos, no processo de produção, os aspectos cotextuais referentes ao sistema linguístico e os contextuais referentes ao contexto e ao conhecimento de mundo dos atores sociais. Formando, assim, os sete critérios da textualização: coesão, coerência, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade, apresentados no quadro separadamente, mas que se constituem por uma relação de interdependência na produção do sentido textual.

Para Marcuschi (2008, p. 242), “A textualidade se dá como um sistema equilibrado de relações entre forma e conteúdo e não como a observância de uma gramática ou conjunto de regras de boa-formação.” Isso significa que a relação, entre os critérios da textualidade, não deve ser concebida de modo estanque e paralela, pois tais critérios se relacionam de maneira bastante estreita. A análise deve partir de uma perspectiva real de produção, em que o sujeito participa ativamente do processamento textual. Essa relação ultrapassa os aspectos semântico formais e adentra as complexas relações da textualidade.

Nós, na posição de agentes do evento comunicativo, não devemos limitar o texto a um produto pronto e acabado simplesmente. O sentido do texto se renova a cada novo contexto, a cada nova leitura. Quando lemos um texto, mais de uma vez, sempre encontramos novas informações, o que ficou obscuro, passa a ser claro e nesse movimento de idas e vindas surgem novos entendimentos. A possibilidade de interpretação do texto, de construção do sentido, o faz coerente para nós, sendo essa ação realizada de forma particular, pois o que é coerente para uns, pode não ser para outros.

Segundo Marcuschi:

Os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos, de modo que as compreensões daí decorrentes são fruto do trabalho conjunto entre produtores e receptores em situações reais de uso da língua. O sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas. Nesse caso, ele apresenta um alto grau de instabilidade e indeterminação por ser um sistema complexo e com muitas relações que se completam na atividade enunciativa. Assim, pode-se dizer que textos são sistemas instáveis e sua estabilidade é sempre um estado transitório de adaptação a um determinado objetivo e contexto. (Marcuschi, 2008, p. 242)

Na concepção de Geraldi (1991), o significado do texto resulta como o tecer de fios de um tecido, ou seja, é preciso que haja uma inter-relação entre autor e leitor para que a leitura

obtenha sentido pleno. Ler com efetividade é experimentar variadas leituras as quais se concretizam em novos textos escritos.

Importa dizer que as definições sobre texto são muitas, tanto os estruturalistas quanto os sociolinguistas contribuíram para a concepção de texto atualmente. Acreditamos que não há uma definição exata do que seria texto, mas aproximada. A língua é viva, se renova e se transforma constantemente. Ela se movimenta, no espaço e no tempo, juntamente com os seus falantes. É por isso que instabilidade, indeterminação, complexidade são características do texto que transita e se adapta aos contextos de produções.

Portanto, a análise do texto, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Textual, fez-se necessária para direcionar nossa reflexão sobre a prática do revisor e da escrita como processo dialógico e dinâmico, uma ação complexa por não se limitar a corrigir erros ortográficos e gramaticais.

### **A revisão textual para além das regras ortográficas e gramaticais**

A revisão textual é uma prática antiga, porém não consta, nos registros históricos, seu início exato enquanto intervenção profissional. Na atualidade, é uma área em constante expansão. É provável que a oferta de cursos presenciais e/ou a distância e a ampla divulgação na internet proporcionaram acesso à profissão. Apesar do reconhecimento, essa função é incompreendida por boa parcela da sociedade que, equivocadamente, atribui a função de revisar a uma ação isolada, restrita a corrigir erros gramaticais.

Devido ao prestígio da variante de natureza culta, condicionada como superior às demais, e à falta de exigência de padrão profissional, como pré-requisito para atuar no mercado de trabalho, constituem fatores que desvalorizam o revisor e a importante ação de revisar os textos antes de publicá-los. Isto é, a visão que corrobora com o entendimento de língua única aliada ao fato de não precisar ser especialista em revisão textual para atuar na área restringem a função de revisar à habilidade de aplicar corretamente as regras gramaticais. Quando, na verdade, a revisão textual deve ser articulada e contemplada por aspectos fundamentais ao uso da língua.

Entretanto, para o senso comum, revisar um texto escrito é corrigir a ortografia, os erros de pontuação, de concordância, de regência, ou seja, a análise do texto centra-se nos aspectos morfológicos e sintáticos. Oliveira (2007) se posiciona favorável à revisão por uma perspectiva tradicional. A revisão textual, conforme a autora, é uma etapa posterior à escrita que se restringe a corrigir erros e detectar violações da norma culta no texto.

Em contrapartida, Lemos (2014) diz que a revisão textual é uma etapa indispensável a todo manuscrito que venha a ser publicado. Não se limitando aos aspectos estruturais e ortográficos do texto, assegura que, durante a revisão textual, o profissional deve considerar os “elementos de coesão e de coerência, o sentido produzido, o estilo do autor e o gênero em que se encaixa.” (Lemos, 2014, p. 12).

Assim, nesse embate, concordamos com Lemos, pois sabemos que a natureza da língua é mais complexa. Limitá-la como um sistema de código é um equívoco, pois contraria o princípio geral de que “a língua só se atualiza a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas, materializadas em textos orais ou escritos.” (Antunes, 2003, p. 42).

Dessa maneira, o trabalho do revisor torna-se eficaz quando ele toma seu objeto de análise, a escrita, e a explora como prática discursiva com o intuito de estabelecer a comunicação com o público leitor. Essa é a verdadeira natureza da língua enquanto atividade dinâmica e dialógica. O revisor, para garantir a clareza da mensagem e os objetivos da publicação, deve transcender o domínio das regras gramaticais e estar consciente da concepção de língua para abordagem dos diversos gêneros textuais que circulam no meio social.

Conforme Yamazaki:

É importante que os editores conheçam o espectro de usos linguísticos possíveis, assim como o espectro dos estigmas que acompanham esses usos, para que decida, de modo consciente, o que adotar. É essencial compreender a pluralidade linguística, para não eleger suas próprias normas e aplicar suas opções. (Yamazaki, 2007, p. 10).

A verdade é que o parâmetro da revisão deve estar condicionado ao outro, o compromisso do revisor não é precisamente o rigor gramatical, apesar de ser importante, mas antes, a compreensibilidade e a legibilidade. Essa é a essência da revisão textual, entregar ao interlocutor uma mensagem clara. Para garantir que os objetivos sejam plenamente atingidos, a interação entre autor e revisor deve se dar de modo colaborativo na busca dos mesmos fins.

Na visão de Bakhtin/Voloshinov:

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia em mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (Bakhtin/Voloshinov, 1995, p. 113).

Evidentemente, convém ressaltar que a modalidade escrita possui condições de produção e recepção distintas da modalidade falada. A escrita possibilita ao autor elaborar um

texto com mais qualidade antes de publicá-lo. Assim sendo, a primeira revisão é feita pelo próprio autor que revê e reconsidera seu discurso. A segunda ou terceira revisão, por profissionais especializados. As marcas dessa revisão são invisíveis aos olhos dos leitores que criam “[...] a ilusão de que a versão escrita que aparece divulgada – arranjada e bem escrita – corresponde à versão inicial do autor. [...] a outra ilusão – maior ainda – de que a escrita é mais bem elaborada, é mais “certa” que a fala.” (Antunes, 2003, p. 51).

Para Antunes (2003), a elaboração de um texto escrito compreende etapas importantes e interdependentes que vão além de transcrever ideias ou códigos para o papel, isto é, escrever exige do autor a etapa do planejamento, da escrita, da revisão e da reescrita para posterior decisão sobre o que deve permanecer, retirar ou acrescentar. Porém, para publicar, a produção textual deve passar por revisão criteriosa de um profissional qualificado com o objetivo de resolver as inconsistências deixadas pelo autor que, provavelmente, tende a comprometer o sentido da mensagem.

Pinto (1993) diz que todo autor tem seu próprio estilo de escrita e que cabe a ele essa liberdade. Porém, para garantir a correção, a clareza da informação e a qualidade da publicação, compete à editora o trabalho de intervenção com pleno consentimento do escritor, todavia, afirma Pinto, tais intervenções podem modificar toda a estrutura do livro.

Coelho Neto (2009) considera o revisor peça importante no percurso do processo da revisão, quando a preocupação é com a qualidade do texto. O autor acrescenta que “é na revisão textual consciente, detalhista, que o conteúdo vai ser aprimorado, no que diz respeito à coesão e à coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais, enfim, aos deslizes praticados pelo autor”. (Coelho Neto, 2009, p. 58).

O revisor, diante de uma análise que objetiva ultrapassar os limites gramaticais, precisa estar consciente das possibilidades de linguagens existentes, pois “O próprio conceito de texto depende das concepções que se tenha de língua e de sujeito.” (Koch, 2015, p. 17). Com isso, entendemos que as diferentes concepções de língua e de sujeito interferem, diretamente, no trabalho exercido pelo revisor de textos.

Ingedore Koch define as concepções como:

[...] concepção de língua como *representação do pensamento* corresponde a de *sujeito psicológico*, individual, dono de sua vontade e de suas ações. [...] concepção de língua como *estrutura*, por seu turno, corresponde a de sujeito determinado, *assujeitado* pelo sistema, caracterizado por uma espécie de “não consciência.” [...] concepção de língua como *lugar de interação* corresponde a noção de sujeito como entidade psicossocial, sublinhando-se o *caráter ativo* dos sujeitos na produção mesma do social e da interação e defendendo a posição de que os sujeitos (re)produzem o social na medida em que participam ativamente da definição da situação na qual se acham engajados, e

que são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir. (Koch, 2015, p. 15-16).

Sendo conhecedor das possíveis concepções de língua e de sujeito, o revisor, ao refletir sobre sua atividade, entenderá a importância do seu posicionamento ao intervir no texto do outro. Para Athayde (2011, p. 11), a revisão compreende um “conjunto das interferências não autorais no texto visando à sua melhoria.” Na concepção de língua interativa, essa abordagem vai além da perspectiva normativa da revisão textual.

Conforme Coelho e Antunes (2010), limitar a revisão linguística a questões ortográficas e gramaticais consiste no desconhecimento das diferentes modalidades de revisão de um texto que, segundo as autoras, “o trabalho do revisor congrega ainda pelo menos mais três tipos de revisão.”

i) revisão gráfica: trata das questões relacionadas com a apresentação com a apresentação e com a composição visual e material do texto; ii) revisão normalizadora: ajusta o texto às normas bibliográficas e editoriais; e iii) revisão temática e a consistência das formulações de um texto em função de um determinado sistema de conhecimento determinado. (Coelho; Antunes, 2010, p. 206).

As autoras vão além ao demonstrarem, em seu trabalho, outras possibilidades de uso da língua, na prática da revisão textual. Coelho e Antunes chamam a atenção do leitor/revisor para a necessidade de ser feita mais de uma leitura para avaliar aspectos intrínsecos ao texto, como também direcionar a revisão ordenando-a por etapas.

Ao receber um texto para avaliar, o profissional de revisão, em uma primeira leitura, pode ter sua atenção despertada para aspectos mais superficiais do texto, tais como problemas ortográficos ou gramaticais [...], mas é necessário lembrar que, se se fossem ordenar as tarefas de uma revisão textual, a última etapa seria a verificação desses aspectos. Antes de verificá-los, o revisor precisa ater-se a dois aspectos fundamentais de um texto: seu gênero e sua textualidade. São esses aspectos que irão garantir a legibilidade e a adequação globais do texto. (Coelho; Antunes, 2010, p. 207).

Guedes (2013) vê a revisão textual como uma prática que transita por caminhos diversos, ora se limita à análise puramente linguística, ora se estende ao campo da editoração. Na concepção da autora, a revisão compreende os aspectos textuais na totalidade. Ela a descreve como um trabalho criterioso que tem por objetivo final uma escrita clara e agradável ao leitor. Isso, segundo Guedes, equivale a submeter o texto à correção ortográfica e sintática, à adequação do vocabulário, à eliminação das ambiguidades, da repetição das palavras e dos

vícios de linguagem, como também observar a coerência textual, a concordância entre os termos, a regência, a colocação pronominal, dentre outros.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a revisão textual caracteriza-se como:

Um espaço privilegiado de articulação das práticas de leitura, produção escrita e reflexão sobre a língua (e mesmo de comparação entre linguagem oral e escrita) é o das atividades de revisão de texto. Chama-se revisão de texto o conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decide que está, para o momento, suficientemente bem escrito. Pressupõe a existência de rascunhos sobre os quais se trabalha, produzindo alterações que afetam tanto o conteúdo como a forma do texto. (BRASIL, 1997, p. 54).

A revisão textual, em conformidade com os PCN, é um espaço privilegiado em que se articulam a reflexão sobre a língua, a produção escrita e a prática de leitura.

Sobre a leitura, ressalta Antunes:

[...] é pela leitura que se apreende o *vocabulário* específico de certos gêneros de textos ou de certas áreas do conhecimento e da experiência. É pela leitura, ainda, que aprendemos *os padrões gramaticais* (morfológicos e sintáticos) *peculiares à escrita*, que aprendemos *as formas de organização sequencial* (como começam, continuam e acabam certos textos) e *de apresentação* (que formas assumem) *dos diversos gêneros de textos escritos*. A exposição, pela leitura, é claro, a bons textos escritos é fundamental para a ampliação da nossa competência discursiva em língua escrita. (Antunes, 2003, p. 75-76).

Geraldi (1991) argumenta que o aprimoramento das experiências, no ato de ler, se determina pela busca de querer aprender cada vez mais sobre algum assunto que nos interessa. Porém, é compreensível que a cada nova leitura algo interessante e novo nos seja revelado.

Na revisão textual, “A atividade da leitura completa a atividade da produção escrita.” (Antunes, 2003, p. 67). Seja para revisar textos destinados à publicação, seja para se aperfeiçoar, a leitura é um exercício diário que possibilita ao revisor o desenvolvimento de uma visão mais ampla e aguçada diante da matéria textual. É por meio da leitura que o revisor acompanha as novas possibilidades de gêneros textuais que surgem e integram-se na sociedade caracterizando-se “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais.” (Marcuschi 2005, p. 20).

Na ótica de Oliveira:

[...] é necessário, por parte do revisor, reconhecer que os materiais com os quais ele trabalha no dia a dia estão inseridos nos gêneros mais diversos. Estes, por sua vez, são constituídos de temas, construções composicionais e estilos que, embora geralmente submetidos às imposições linguísticas e sociais que permeiam todo ato de dizer, também podem ser flexíveis, dependendo de onde e para quem o autor está escrevendo, o que implica considerar as condições de produção, circulação e recepção. (Oliveira 2010, p. 135).

A familiaridade do revisor com a leitura, além de diversificar seu repertório linguístico, o nutre de conhecimento prévio tão importante para o trabalho profissional o qual não cabe tão somente realizar uma leitura objetivando minimizar os erros ortográficos. O revisor, ao debruçar-se diante das constantes pesquisas, entenderá que submeter a revisão a corrigir regras gramaticais contraria o conceito de gênero textual como um fenômeno histórico profundamente ligado à vida sociocultural das pessoas. Tendo em vista que “os gêneros textuais não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.” (Marcuschi 2005, p. 19).

Isso nos mostra o quão é desafiadora a profissão do revisor de textos, pois, como enfatiza Malta (2000), para ser um bom revisor, este precisa atualizar-se sempre, ser ótimo conhecedor da língua portuguesa, seguro e convicto do próprio conhecimento. Por isso, deve estudar boas gramáticas de vários escritores, aperfeiçoar-se constantemente, por meio de cursos, ler jornais e revistas, adquirir conhecimento cultural e, acima de tudo, estar sempre bem-informado.

Nessa linha de raciocínio, Cavalcante (2011) nos diz que a pesquisa é primordial para o exercício da revisão textual. “[...] o principal da profissão é justamente a riqueza e a possibilidade de fazer pesquisas. É por meio dela que se consegue analisar a linguagem, percebendo-se se ela está adequada ao objetivo [...]” (Cavalcante 2011, p. 55).

Coelho Neto pontua que:

Daí a importância de o revisor tráfegar com intimidade e conhecimento de causa pelos conceitos para elaboração de um bom texto, pela sua análise, pelo ato de recorrer a todos os instrumentos que dão suporte a quem quer escrever bem, assim como recorrer a outros que lhe deem subsídios. (Coelho Neto, 2013, p. 95).

É importante ressaltar que o posicionamento do revisor, ante a matéria textual, é bastante influenciado pela fonte de pesquisa escolhida para realização do trabalho. Tal visão contemplará uma revisão linguisticamente purista ou uma revisão baseada nos preceitos da sociolinguística. Outro fato que poderá ser objeto de análise futura e não foi explorado no decorrer desta pesquisa, mas considero importante observá-lo, é a pressão imposta pelas editoras ao dispor de prazos curtíssimos para entrega dos textos revisados, isso influenciará sobremaneira no resultado do trabalho.

Diante de tais considerações, compreendemos que o modo como o revisor se posiciona sobre texto depende da visão de língua e de sujeito que ele adote. Por isso, é imprescindível que o revisor seja um especialista no assunto e que busque aperfeiçoar-se sempre. O bom revisor é aquele que pesquisa e lê constantemente, só assim entenderá que a prática de revisar é uma

organização de função social e não de ato isolado com o simples propósito de corrigir erros de escrita da norma culta.

Assim, o compromisso do revisor é com a compreensibilidade e legibilidade do texto a partir do contexto de produção. Nesse caso, o mais importante da profissão do revisor é o entendimento da atividade como prática discursiva e de língua como ato dinâmico e dialógico. Portanto, a revisão textual, necessariamente, precisa contemplar tanto a materialidade linguística como os elementos extralinguísticos essenciais para o processo de textualização do texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões apresentadas neste ensaio sobre o trabalho do revisor de textos, na prática, propuseram-se a partir de uma abordagem linguística, social e cognitiva. Com isso, fez-se necessária uma análise do texto sob a ótica da Linguística Textual. Essa ciência que se insere em novos espaços do diálogo como um estudo indispensável para amplitude das significações que a língua e a linguagem abrangem a partir do contexto social.

Verificamos que o texto escrito, a partir da teoria do texto, passa a ser abordado por uma perspectiva do uso da língua ao contemplar o papel do falante e sua competência linguística na interpretação dos enunciados e produção dos sentidos. Essa compreensão dos processos linguísticos, produzidos nos mais variados contextos, direcionou-nos para reflexão da prática do revisor de textos para além das formas fixas, ressignificando-a como uma ação sociodiscursiva.

Diante disso, chegamos ao entendimento de que a função do revisor de textos não compreende uma prática isolada e com o simples propósito de corrigir erros ortográficos e gramaticais. Como também, vimos que a concepção da norma culta, como absoluta, deve ser repensada pela sociedade atual e principalmente pelo revisor que tem o texto como sua ferramenta de trabalho.

Para haver essa possibilidade, discutimos a importância de o revisor textual ser um profissional especializado e essa ser uma condição para atuar no mercado editorial, pois o simples fato de deter o conhecimento sobre as regras gramaticais não é mérito para ser considerado um bom revisor textual, apto a atuar. Assim, enfatizamos que a pesquisa e a leitura devem acompanhá-lo diariamente nesse percurso.

Por fim, chegamos ao entendimento de que o olhar profissional do revisor se faz necessário, antes de se publicar um texto, pois é ele quem dará a qualidade necessária à mensagem, objetivando a interação com o leitor de forma clara e compreensível. Assim, para finalizarmos a nossa compreensão, diante dessa discussão, pois o assunto não se esgota nesta proposta de trabalho, retomaremos o pensamento de que o importante da profissão do revisor é o entendimento da atividade como prática discursiva e de língua como ato dinâmico e dialógico. Portanto, a revisão textual, necessariamente, precisa contemplar tanto a materialidade linguística como os elementos extralinguísticos essenciais para o processo de textualização dos textos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ATHAYDE, P. **Revisão de textos: teoria e prática**. Belo Horizonte: AGBOOK, 2011.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV) **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- BEAUGRANDE, R. de. New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society. *In*: MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 245-287.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022
- CAVALCANTE, Marina Pereira. **Os desafios da produção textual e a importância do revisor na análise de textos**. Brasília, 2011.
- COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. Brasília: Editora Senac-DF, 2013.
- COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. Revisão Textual: Para além da revisão Linguística. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 205-224, 1º sem. 2010. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4361/4506>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual**: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUEDES, Letícia Figueiredo. **Revisão de textos**: conceituação, o papel do revisor textual e perspectivas do profissional do texto. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/7265>. Acesso em: 05 jan. 2023.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEMOS, M. A regulamentação da profissão do revisor de textos: uma medida social necessária. **Cenário**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 139-151, 2014. Disponível em: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/cenarios/article/view/869>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MALTA, L. R. **Manual do Revisor**. São Paulo: Editora WVC, 2000.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.; **Gêneros Textuais & Ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editoria, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Revisão de textos**: da prática à teoria. Natal, RN: Edufrn, 2010.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos**: entrelaçando dizeres e fazeres. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16265>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Editora Ática, 1993.

YAMAZAKI, Cristina. **Editor de texto**: quem é e o que faz. São Paulo, 2007.